APM
Série: 11.1
Cx: 04
Doc: 97

1968/06/03
05 páginas escritas

Ilmo.Sr.

Dr. João Gomes Teixeira

DD.Diretor do Arquivo Público Mineiro

Júnia Marise Azeredo Coutinho

JÚNIA MARISE AZEREDO COUTINHO
VEREADORA À CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, tem a satisfação de devolver ao ilustre amigo - o material emprestado para análise. Nesta oportunidade, antecipa os melhores agradecimentos pela gentileza do dígno Diretor e envia cópia de seu pronunciamento feito na Câmara Municipal.

Cordiais Saudações.

Em 3/6/68

único que persiste na sua posição desprezar aquilo que ainda conservamos, com dificuldade, para não perdermos pela omissão e desinterêsse.

Medidas urgentes e inadiáveis se fazem necessárias para se preservar as nossas tradições históricas. Já se falou em um - convênio que seria assinado pelo Ministério da Educação e Cultura entre o Govêrno de Minas, para a restauração daquela Casa. Entretanto,- como tantas outras, esta assinatura ainda não se deu, exatamente porque não há o interêsse necessário do Govêrno de Minas para a sua efetivação.

Impõe-se, senhores Vereadores, uma decisão do Go-' vêrno para se reerguer o Arquivo Público Mineiro, cujo abandono depõe, sem dúvida alguma, contra as tradições de cultura do povo montanhês e muito especialmente contra o próprio govêrno do Estado.

Lanço aqui o meu protestos e o meu apêlo às autoridades estaduais, apresentando REPRESENTAÇÃO que espero contar com o apoio desta Casa, ao Sr. Governador do Estado, para que tome providências no sentido de restaurar o Arquivo Público Mineiro, e ainda ao Sr. Prefeito Municipal para que interfira junto ao Govêrno do Estado, para que a Casa de Xavier não se torne num futuro próximo, apenas as cinzas de uma tradição.

Espero, com isto, senhores Vereadores, que êste protesto alcance os nossos objetivos em favor da nossa cultura e que êle' tenha forças suficientes para ferir os ouvidos de pedra do Govêrno de Minas.

Sala das Sessões, 27 de maio de 1968

Júnia Marise Azeredo Coutinho
VEREADORA

Telefone 4-4677 JUNIA

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:

Na tarde de sexta-feira última, fui ao velho casarão do Arquivo Público Mineiro e pude constatar o verdadeiro abandono que se encontra uma das grandes relíquias que Minas Gerais se orgulha de possuir, e que os belorizontinos, em particular, conservam com aquêle carinho especial que têm pelas coisas que lhes são caras.

Entretanto, o mesmo não acontece, lamentàvelmente, com o Sr. Governador do Estado, que, entre tantas e tantas negligências para com o povo e com o Estado que dirige, prefere, mais uma vez voltar as costas para a tradicional Casa de Xavier, o relicário dos mineiros, fundada há nada menos de 73 anos, em 1895, em virtude de lei nº 126, sancionada pelo então Presidente Crispim Jaques Bias Fortes, tendo sido seu primeiro diretor o grande historiador José Pedro Xavier da Veiga, um dos intelectuais dos mais brilhantes daquela época, a quem o Arquivo Público Mineiro muito deve, porque êle não mediu esforços e nem sacrifícios para levar adiante sua penosa e benemérita função.

Mas é preciso, senhores vereadores, denunciar à cidade e ao povo, a displicência do Sr. Governador do Estado, que nunca se deu ao trabalho de visitar aquela Casa de gloriosa tradições, onde se encerram um vasto acêrvo histórico da Inconfidência Mineira, dados autênticos, fatos e objetos pessoais do Proto-Mártir Tiradentes, de Thomáz Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Bárbara Heliodora, Marília de Dirceu, a carta preciosa de Napoleão Bonaparte, a sala de recordações coloniais, onde existem nada menos de 3.984 códices, desde quando foi criada a Capitânia de Minas Gerais. E vai mais além o Arquivo Público Mineiro, que possui amontoado, por falta de lugar e condições, em suas 17 salas pequenas e acanhadas, um pequeno museu histórico que vale fortuna, uma biblioteca com mais de 10 mil volumes, que insetos daninhos estão, aos poucos devorando, enquanto aquêle casarão, que podemos considerar atualmente quasi como um pardieiro histórico pelo abandono do Govêrno, com o telhado todo quebrado, provocando goteiras e a rêde elétrica é antiquissima, desde a construção do prédio, ameaçando, constantemente um leve circuito, para que o Arquivo se consuma entre chamas.

Pasmem, Senhores Vereadores, com a realidade que existe no Arquivo Público:

Quem conhece exteriormente aquela Casa histórica, situada na Avenida João Pinheiro, quase esquina de Aimorés, próximo aos Palácios da Liberdade e dos Despachos, constata o estado de des-

canamentos, telhados e torneiras, para que o Arquivo possa sobreviver contra o descaso e a displicência do Govêrno de Minas.

A verba destinada ao histórico Arquivo Público Mineiro, é uma verdadeira calamidade pública, uma desconcertante realidade, comparada com os gastos supérfluos do atual Govêrno. Apenas 62 mil cruzeiros novos anuais, incluindo-se as despesas com os funcionários que chegam a 22 mil cruzeiros novos, e os consêrtos às vêzes possíveis e dentro das condições que se fazem necessários lhe sejam destinados.

Gastou o Sr. Israel Pinheiro milhares de cruzeiros novos para construir, em tempo récorde o Palácio dos Despachos, ornamentando-o com móveis, decorações e tapêtes dos mais caros, e gasta mais ainda alguns cruzeiros novos para construir um muro ao redor do Palácio da Liberdade, complementado com grades caríssimas, enquanto deixa a mais tradicional Casa de Minas, no abandono, sem recursos e condições para sobreviver ao tempo.

Saiba mais uma vez o Sr. Governador do Estado, que embora Vereadora à Câmara Municipal de Belo Horizonte, estarei atenta aos seus desmandos e à sua negligência, porque, antes de mais nada, estamos defendendo o interêsse do povo que até o ajudou a se acomodar no Govêrno de Minas, estamos defendendo a cultura porque dela somos parte, estamos defendendo ainda uma Casa que é o encontro com o Brasil de ontem, e onde se revivem a epópéia daqueles bravos que lutaram pela liberdade.

Analisando setor por setor da administração pública estadual, iremos constatar, mais uma vez, e volto a repetir, que o Govêrno nada faz pelo povo mineiro. Nega-se a mais de 300 mil crianças em idade escolar de se matricularem por falta de escolas, nega-se às mestras mineiras o direito sagrado de receberem em dia os seus minguados vencimentos.

Abandonando o Arquivo Público Mineiro, o Sr. Governador do Estado está conseguindo, mais uma vez, afirmar-se como o Govêrno mais omisso de todos os tempos, e, se está o Arquivo Público em completo abandono e em condições precaríssimas, podemos afirmar que se há um culpado em tudo isso, ou um grande culpado, é a própria administração estadual, sempre desatenta com os problemas que dizem respeito ao estudo do passado, à cultura e à educação. Não se é possível que se desmorone, senhores Vereadores, aos nossos olhos, sem nenhuma palavra de protesto desta Câmara, a construção pacientemente levantada por Xavier da Veiga, e que foi objeto, em outros tempos, de maior carinho do poder público.

Milhares e milhares de pessoas já passaram pelo Arquivo Público Mineiro e ainda continuam procurando o velho casarão para fazer pesquisas e conhecer de perto o acêrvo cultural que êle possui, numa demonstração patente e clara de que reconhecem o valôr e as riquezas que ali estão abrigadas, enquanto que o Govêrno de Minas é o

calabro abandono, que o Govêrno de Minas deixa, lamentàvelmente o - Arquivo Público Mineiro. As paredes exteriores estão descoradas pelo tempo, as janelas de vidros quebrados, e muitas delas tapadas por pedaços de tábuas que a bôa vontade dos funcionários procura conservar as suas relíquias. E quem vê isso por fora já pode imaginar o estado de verdadeira calamidade pública em que se encontra, por dentro, a - Grande Casa de Xavier da Veiga. Apenas sete funcionários servem o Arquivo Público, e, se não fôsse o idealismo, a abnegação e a dedicação dêsses servidores, chefiados pelo ilustre diretor, dr. João Gomes Teixeira, talvez já não existissem mais as gloriosas recordações valiosas dos fatos e feitos da história de Minas, do Brasil e até da História Universal. Não possui o Arquivo Público Mineiro de fichário adequado e nem siquer de armários ou prateleiras suficientes para - abrigar e conservar os documentos históricos. Peças de alto valor se encontram, aos montões, espalhadas pelo chão e amontoadas nos cantos das salas, cheirando a môfo e inseticida, e já ostentando os estragos ocasionados pelas traças. Já não existe lá o serviço de micro-filmagens tão valioso para todos nós.

A revista do Arquivo, destinada a publicar documentos e fatos históricos de interêsse, não só do intelectual, do - professôr, dos estudantes, mas de todo o povo, deixou de ser publicada porque o Sr. Israel Pinheiro não autoriza a sua impressão, preferindo talvez, gastar as verbas de que dispõe para publicações e divulgações, publicando matérias pagas sôbre aquilo que não faz, que - não realiza, enganando o povo com suas demagogias, que, por certo - ainda irão para os Anais do Arquivo Público Mineiro, para mostrar a êste mesmo povo que, o que foi divulgado não foi realizado.

Causa até mesmo arrepios a quem entra naquela Casa, que guarda objetos, livros e documentos de valôr incalculável e onde estão guardados as preciosidades e o mais importante patrimônio histórico de nossa terra, coleções completas de todos os jornais de Belo Horizonte, e se verifica e se constata que se ainda existe o Arquivo Público Mineiro, que está se consumindo aos poucos é exatamente porquê ainda persiste o amôr e o idealismo dos seus sete funcionários, do seu dedicado diretor que não mede esforços, para salvar as nossas tradições e preservar os documentos para que Minas não deixe de existir através de sua história.

Com 73 anos de fundação o Arquivo permanece na estaca zero, na sua parte funcional. Quando foi instalado por lei, o - Arquivo Público passou a contar com oito funcionários, e, após tantos anos de fundação e instalação o número se reduziu para sete, embora os trabalhos tenham se multiplicado, tendo os funcionários que fazer os serviços administrativos e limpeza do Casarão, consertar en